

A REPRESENTATIVIDADE E A ABRANGÊNCIA DOS TELEJORNALIS PÚBLICOS REPÓRTER BRASIL E JORNAL DA CULTURA

Allana Meirelles Vieira¹

Roberta Braga Chaves²

Iluska Coutinho³

RESUMO:

Este artigo tem como objetivo analisar a representatividade e a abrangência dos telejornais, Repórter Brasil e Jornal da Cultura. A partir da análise de uma semana composta dos noticiários, foram observadas as fontes entrevistadas e os locais de produção das matérias. Assim, foi possível notar que esses telejornais ainda não realizam satisfatoriamente a proposta de diferenciação em relação às emissoras comerciais, mesmo que haja tentativas.

Palavras-Chave: *Televisão Pública; TV Brasil; TV Cultura*

Introdução

Considerando a importância da televisão no Brasil, principal meio de acesso à informação e ao entretenimento no país, coloca-se como necessária a discussão e reflexão acerca deste veículo de comunicação e do sistema de radiodifusão brasileiro como um todo. Deste modo, desde 2010, realiza-se no âmbito do grupo de pesquisa “Jornalismo, Imagem e Representação”, da Universidade Federal de Juiz de Fora, o trabalho sobre as televisões públicas brasileiras, especialmente, a TV Brasil, com orientação da Prof. Dra. Iluska Coutinho. Assim, este trabalho se configura como um dos desdobramentos desta pesquisa macro.

¹ Jornalista diplomada em Comunicação Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora, mestranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação pela mesma instituição. allanameirelles@hotmail.com.

² Jornalista diplomada em Comunicação Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora, mestranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação pela mesma instituição. robertabraga.ufjf@gmail.com.

³ Jornalista formada pela Universidade Federal do Espírito Santo (1993), mestre em Comunicação e Cultura pela Universidade de Brasília (1999) e doutora em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (2003), com estágio doutoral na Columbia University (NY). Atualmente é professora adjunto IV da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Neste artigo, em especial, busca-se debater em que medida os telejornais das emissoras que se propõem públicas, o Repórter Brasil na TV Brasil e o Jornal da Cultura na TV Cultura, cumprem esse papel, a partir do ponto de vista da abrangência e da representação. Observando uma semana composta do telejornal, foram analisadas as fontes entrevistadas e os locais de produção ou foco das matérias. Os dias utilizados como recorte empírico foram: segunda-feira, 08 de abril de 2013; terça-feira, 16 de abril de 2013; quarta-feira, 03 de abril de 2013; quinta-feira, 28 de março de 2013; e sexta-feira, 26 de abril de 2013.

A análise foi feita a partir de vídeos armazenados nos sites das emissoras. No caso da TV Brasil, eles foram publicados por matéria, enquanto no Jornal da Cultura, o telejornal foi disponibilizado por inteiro sem separação por reportagens. Assim, foram contabilizadas todas as matérias, exceto as do Repórter Brasil que apresentavam erro técnico e assim não puderam ser assistidas. Já no Jornal da Cultura, foram contadas como matérias apenas os VTs, as notas e entrevistas. Os comentários dos especialistas foram considerados como partes das matérias anteriores a eles, já que depois de quase todas as notícias, havia um comentário.

As fontes entrevistadas foram classificadas nas seguintes categorias: populares, especialistas, órgãos públicos, organizações civis, políticos, governo estadual, governo federal, iniciativa privada e artistas ou atletas. Já em relação ao local representado, a observação foi feita a partir de quatro pontos de vista: nas matérias nacionais, considerou-se a cidade, assim como o estado; e nas internacionais, o país e o continente.

Telejornalismo Público

Todo telejornal, independente da emissora, tem o compromisso público, não apenas pela essência do jornalismo, mas, também, porque o sistema de radiodifusão brasileiro é baseado em concessões públicas. O Artigo 221 da Constituição Federal deixa claro o dever que as emissoras, tanto de rádio quanto de TV, têm de oferecer à população um serviço de utilidade pública.

- Art. 221 A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios:
- I – preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas;
 - II – promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação;
 - III – regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei (Constituição Brasileira).

Assim, as emissoras, geralmente, firmam e reiteram esta responsabilidade em seus discursos institucionais, onde alegam a busca pelo interesse público, isenção e verdade. Porém, análises preliminares da programação disponibilizada pelas TVs privadas e mesmo uma larga produção científica já constituída no campo, permitem questionar o efetivo cumprimento do artigo pelos canais comerciais da televisão aberta brasileira.

O modelo comercial de televisão se constituiu como hegemônico no Brasil, servindo de fonte de informação e entretenimento para a grande maioria da população. Mas, ainda assim, com toda essa relevância social, ela não apresenta em sua programação, pelo menos não como a lei prevê, conteúdos que tenham um compromisso com a difusão cultural e formação da cidadania.

(...) a lógica televisiva dificilmente se exime a uma teia de interesses e de estratégias que tendem a fazer da TV generalista um poderoso instrumento de conquista. Entendemos que um serviço público de televisão, para que efetivamente o seja, só tem vantagens em se libertar destas amarras e conquistar o seu espaço autônomo, entrosando-se de forma progressiva e consciente com as dinâmicas e as instituições sociais (MANUEL PINTO, 2005, p.15).

A TV pública seria assim, potencialmente, uma alternativa para que esses direitos do cidadão à cultura e a conteúdos educativos nos canais televisivos saiam do papel para se tornar algo concreto. Assim como toda sua programação, também o telejornalismo nas emissoras públicas deveria conter mais assuntos de interesse público, inserindo o cidadão, e não atendendo a interesses particulares de parcela da sociedade. Como explica BUCCI, “uma emissora pública existe porque as pessoas têm direito (como autoras, agentes ou espectadoras) à informação jornalística, ao conhecimento e às manifestações culturais.” (BUCCI, 2010, p.5). Espera-se assim que o telejornal de uma TV pública tenha ainda mais intrínseco em seus princípios a busca pelo interesse público, aliada a outros parâmetros de qualidade, como a técnica.

No Brasil, o conceito de TV pública permanece gerando debates devido a diversas razões. Em primeiro lugar, levando-se em consideração a história da TV no país, os canais públicos ainda são muito recentes⁴, uma vez que, seguindo os moldes norte-americanos, a televisão aqui nasceu privada. Por conseguinte, foi nos moldes de uma TV que visa o lucro em

⁴Na academia, não há um consenso quanto à data exata do surgimento da TV pública no Brasil e nem qual foi a pioneira. Alguns autores afirmam ter sido a TV Universitária do Recife, primeira TV educativa do país, e outros dão o crédito à TV Cultura, em São Paulo, ambas inauguradas no ano de 1967.

primeiro lugar que os profissionais da área aprenderam a trabalhar e, da mesma forma, que o público “aprendeu” a assistir e gostar de TV. Em segundo lugar, muitas vezes a TV pública é confundida como sendo governamental e acusada de atender aos interesses políticos do Governo. Neste artigo, no entanto, não nos propomos a aprofundar a discussão quanto à independência política dessas emissoras – tarefa realizada em outros trabalhos. É importante, porém, esclarecer que esse é um tema sempre em evidência quando o assunto é TV pública.

TV Cultura e Jornal da Cultura

A TV Cultura de São Paulo foi criada em 1967 e é gerida pela Fundação Padre Anchieta (FPA) – Centro Paulista de Rádio e TV Educativas. A Fundação é uma entidade de direito privado que possui autonomia intelectual, política e administrativa, ainda que em tese. Seu financiamento é feito através de verbas orçamentárias e recursos obtidos com a iniciativa privada. Ela gere, além da TV Cultura, uma emissora de TV a cabo por assinatura, a TV Rá-Tim-Bum e duas emissoras de rádio, a Cultura AM e a Cultura FM.

Em sua carta de apresentação, a FPA descreve suas emissoras como públicas, sendo seus principais objetivos “oferecer à sociedade brasileira uma informação de interesse público e promover o aprimoramento educativo e cultural de telespectadores e ouvintes, visando à transformação qualitativa da sociedade”. (FPA)

O poder máximo da instituição FPA é o Conselho Curador, formado por representantes de instituições públicas e privadas da sociedade paulista. Criada em um contexto de ditadura militar, a TV Cultura foi controlada ideologicamente pelo autoritarismo da época e assim, o Conselho Curador, apesar de apresentar limitações, se configurou como uma das principais barreiras institucionais ao controle do Estado e da iniciativa privada sobre a emissora, segundo LEAL FILHO (2000). Cadeiras vitalícias e a presença excessiva de representantes de órgãos estaduais são exemplos dessas limitações do Conselho (LEAL FILHO, 2000, p.159-160).

O discurso de inauguração da TV Cultura, feito pelo primeiro presidente da FPA, José Bonifácio Coutinho Nogueira, afirmava que a busca pela democratização do ensino e da cultura seria a filosofia de trabalho (JESUS e BARA, 2012). No entanto, Leal Filho (1988, p.23 apud JESUS e BARA, 2012) defendeu que “o liberalismo retórico refere-se ao plano econômico que não tem correspondência na esfera política onde [...] a postura é conservadora”.

Atualmente, em sua carta de apresentação, a FPA garante que,

A programação de suas mídias será eminentemente cultural, educativa, informativa, artística e inovadora. Não será comercial, nem terá fins lucrativos; enfatizará o compromisso com a sociedade e não com o mercado. Não será utilizada para promoção pessoal, de causas religiosas, comerciais ou partidárias; dará visibilidade e voz às minorias, buscando apoiar processos de inclusão social. Estará sempre comprometida com a veracidade, trabalhando no sentido de universalizar o direito à informação e à comunicação. Educação, cidadania e serviços, dramaturgia, cultura e arte, música, meio ambiente, juventude e infância e jornalismo são nossas prioridades. A Fundação vai abrir espaço para a experimentação, buscando novas linguagens e formatos, em favor da solidariedade, da democracia e da paz, para assim expressar a diversidade brasileira, socializando a produção do conhecimento e fortalecendo a causa da televisão pública. (FPA)

Dentro dessa programação, se encontra o Jornal da Cultura, que é exibido de segunda a sábado, às 21h10. Apresentado, na época da análise, pela jornalista Maria Cristina Poli⁵, ele conta ainda com a participação de dois especialistas na bancada. A cada dia, dois dos profissionais que participam do time do telejornal, discutem os temas apresentados nas matérias, o que contribui para o caráter analítico proposto pelo telejornal.

TV Brasil e Repórter Brasil

Com a aprovação da Medida Provisória 398 de 10 de outubro de 2007, posteriormente substituída pela Lei 11.652, de sete de abril de 2008, instituíram-se os princípios e objetivos de radiodifusão pública no país e foi constituída a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), gestora da TV Brasil. Assim, o projeto da TV Brasil foi apresentado como Medida Provisória e possui como modelo de gestão três conselhos: administrativo, financeiro e curador, além de uma diretoria executiva. Esses conselhos devem se regular entre si e regular também o funcionamento da empresa.

Constituída legalmente, no dia 2 de dezembro de 2007, a TV Brasil começou a veicular sua programação, buscando, segundo o site da TV na internet, ser uma TV pública independente e democrática, dando oportunidade àqueles que não têm voz na TV comercial. (TV BRASIL)

⁵Depois de três anos ancorando o JC, a jornalista Maria Cristina Poli saiu do comando do telejornal noturno no segundo semestre de 2013, sendo substituída por Willian Corrêa que também ocupa o cargo de coordenador geral de jornalismo da TV Cultura.

A EBC é responsável por aprovar a programação e os conteúdos, que são supervisionados por um Conselho Curador. Este tem o papel de representar a sociedade brasileira na fiscalização do cumprimento dos objetivos da empresa. A composição do Conselho envolve 22 membros, 15 indicados pela sociedade, quatro pelo Governo, um pela Câmara, outro pelo Senado, além de um representante dos funcionários da emissora. A TV Brasil é financiada a partir do repasse de verbas do governo federal.

Dentre toda programação jornalística da emissora, o Repórter Brasil, exibido de segunda-feira a sábado, das 21h às 22h, apresenta maior destaque, em termos de tempo de veiculação e posição na grade, e também no que tange ao alcance, chegando a uma parcela maior dos estados. Segundo a TV Brasil, ele seria "o programa líder da articulação entre a TV Brasil e as demais TVs públicas, sendo veiculado em 19 estados, afora televisões educativas ou universitárias de âmbito regional ou local" (TV BRASIL).

Representação

Na semana composta do Repórter Brasil analisada para este trabalho, foram contabilizadas 120 matérias – excluindo aquelas que não puderam ser acessadas devido a problemas na exibição do vídeo pela internet -. Considerando cinco dias de noticiário, obtém-se uma média de 24,2 matérias por dia. Enquanto isso, no Jornal da Cultura, houve 72 matérias – considerando os comentários posteriores às notícias como parte delas -, o que corresponde a uma média de 14,4 por dia.

A partir do número de matérias exibidas em cada telejornal, pode-se perceber que o Repórter Brasil investe mais na produção de conteúdo, enquanto o Jornal da Cultura privilegia a discussão. Por um lado, o debate dos especialistas na bancada do noticiário da TV Cultura enriquece a reflexão, ampliando os assuntos apresentados nas matérias. Porém, em alguns momentos, os comentários dos convidados não acrescentam muito quando o assunto sobre os quais eles opinam não são de suas especialidades e, assim, eles acabam dando apenas uma opinião, como qualquer popular poderia fazer.

Nas 120 matérias apresentadas no Repórter Brasil, a maior parte das fontes entrevistadas - 83 pessoas - foi classificada como populares, o que corresponde a um percentual de 47,15% do total de fontes. Em segundo lugar, estiveram os especialistas, sendo entrevistados 34 vezes, o que corresponde a 19,31%. Organizações civis ocuparam o terceiro lugar,

aparecendo 16 vezes ou 9,09%. Já os órgãos públicos foram entrevistados em 13 ocasiões e tiveram uma porcentagem de 7,38%. Artistas ou atletas apareceram em 10 momentos, ou seja, correspondem a 5,68% das fontes. O Governo Federal foi fonte em oito ocasiões (4,54%), enquanto os governos estaduais em apenas duas (1,13%) e os políticos em sete (3,97%). Por último, as instituições privadas somaram quatro fontes e 2,27%.

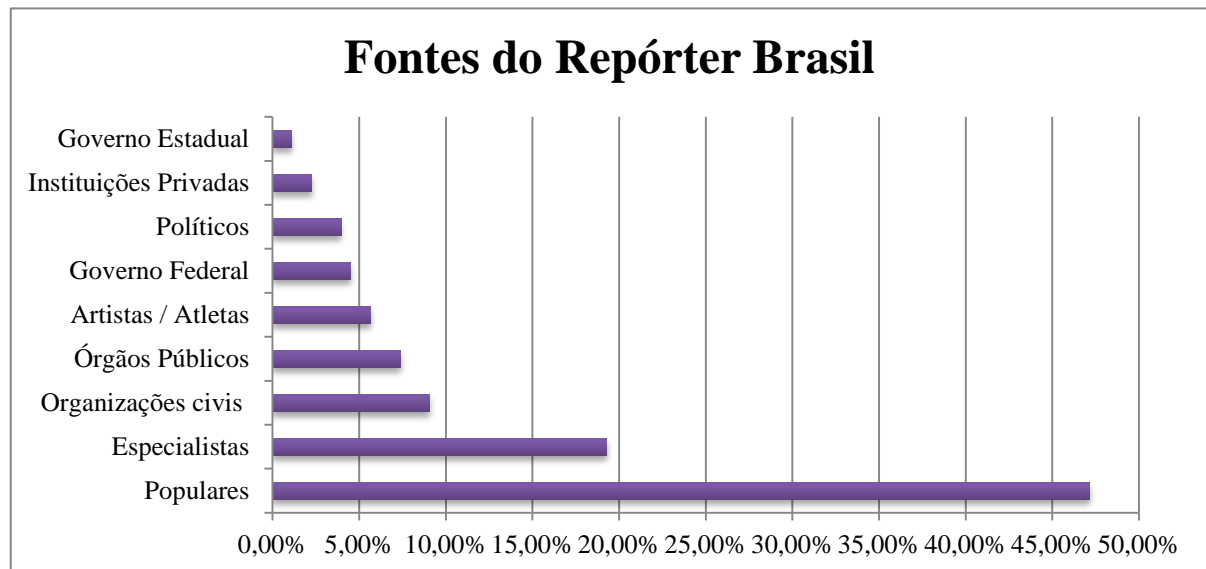


Gráfico 1: Fontes do Repórter Brasil

No Jornal da Cultura, os populares também foram as fontes mais entrevistadas, aparecendo 24 vezes ou 36,9% delas. Assim como os especialistas ocuparam o segundo lugar, com 20 presenças e uma porcentagem de 30,7%. Os órgãos públicos vieram em seguida, sendo fonte em seis ocasiões (9,2%). As organizações civis foram entrevistadas quatro vezes (6,15%). Já as instituições privadas e o governo estadual apareceram três vezes cada (4,6%). Os políticos e os artistas ou atletas tiveram 3% do espaço, com o número absoluto de duas presenças. Por último, o governo federal foi entrevistado apenas uma vez (1,5%).

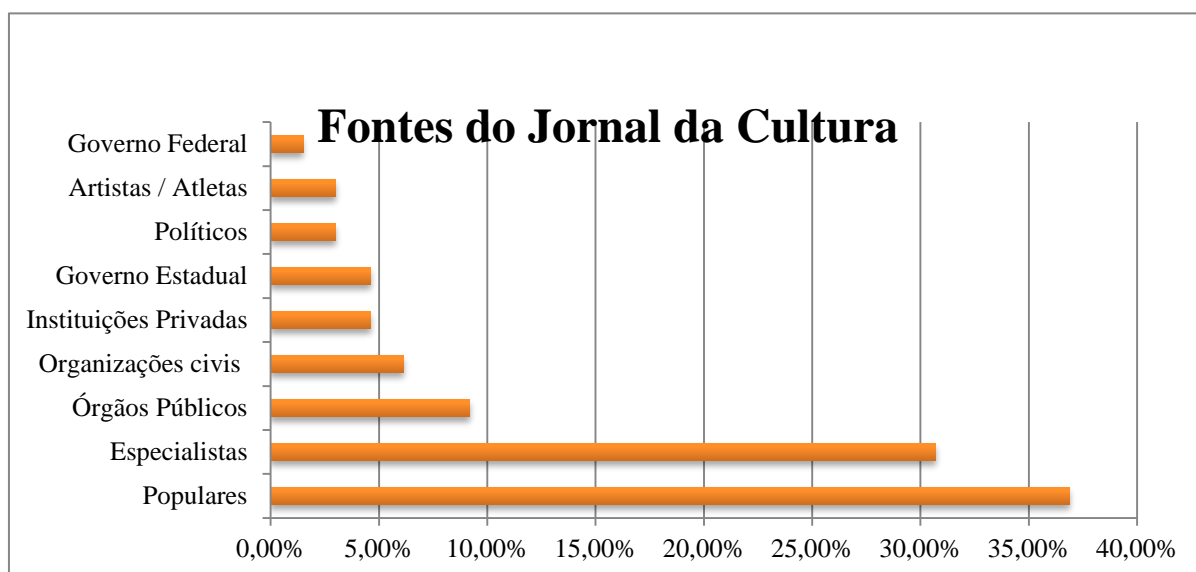


Gráfico 2: Fontes do Jornal da Cultura

Observando os gráficos acima, pode-se perceber claramente que as fontes classificadas como populares estiveram bem mais presentes, em ambos os telejornais. Porém, muitas vezes, eles estão inseridos em um contexto de povo fala ou são entrevistados como personagens das matérias, que vão exemplificar o tema da reportagem. Os especialistas são o segundo grupo mais entrevistado pelos dois jornais e uma possível explicação é a imagem de credibilidade que eles dão as matérias. Os órgãos públicos ocupam o terceiro lugar no Jornal da Cultura e o quarto no Repórter Brasil, o que pode demonstrar uma tendência ao oficialismo. Já as organizações civis aparecem como o terceiro e quarto grupo mais entrevistado, no Repórter Brasil e no Jornal da Cultura, respectivamente.

Quanto aos governos, vê-se que o Federal é fonte mais frequente no telejornal da TV Brasil do que no da TV Cultura, enquanto com os governos estaduais ocorre o contrário. No caso da TV Cultura, o governo estadual representado em todos os casos foi o de São Paulo. Já no Repórter Brasil, os governos de São Paulo e do Rio de Janeiro apareceram duas vezes cada, enquanto o de Roraima teve uma citação. O fato pode estar relacionado ao local de instalação das emissoras, já que a TV Cultura está sediada em São Paulo e a TV Brasil tem sede em Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro. Outra explicação pode ser o vínculo de cada emissora com os governos – no caso da TV Cultura, com o governo de São Paulo; e no da TV Brasil, com o governo federal. Já os políticos em geral são 3% das fontes do JC e 3,97% do RB. A

iniciativa privada é mais frequente no JC do que no RB, enquanto artistas ou atletas apareceram mais no RB do que no JC.

Abrangência

Em relação ao local de foco ou de produção da matéria, a análise levou em consideração tanto notícias nacionais como internacionais. Nas nacionais, foram feitas estatísticas de cidades, assim como de estados. Já no caso das internacionais, observou-se os países citados e seus continentes de origem. Algumas notas não foram contabilizadas em algum estado ou cidade, porque não eram específicas de um local.

Matérias Nacionais

No RB, 27% das matérias foram produzidas ou tinham como foco a cidade do Rio de Janeiro. Enquanto, as capitais São Paulo e Brasília tiveram um percentual de 21,6%. Já Belo Horizonte foi foco em apenas 2,7% das matérias. As demais cidades brasileiras também somaram 27%.

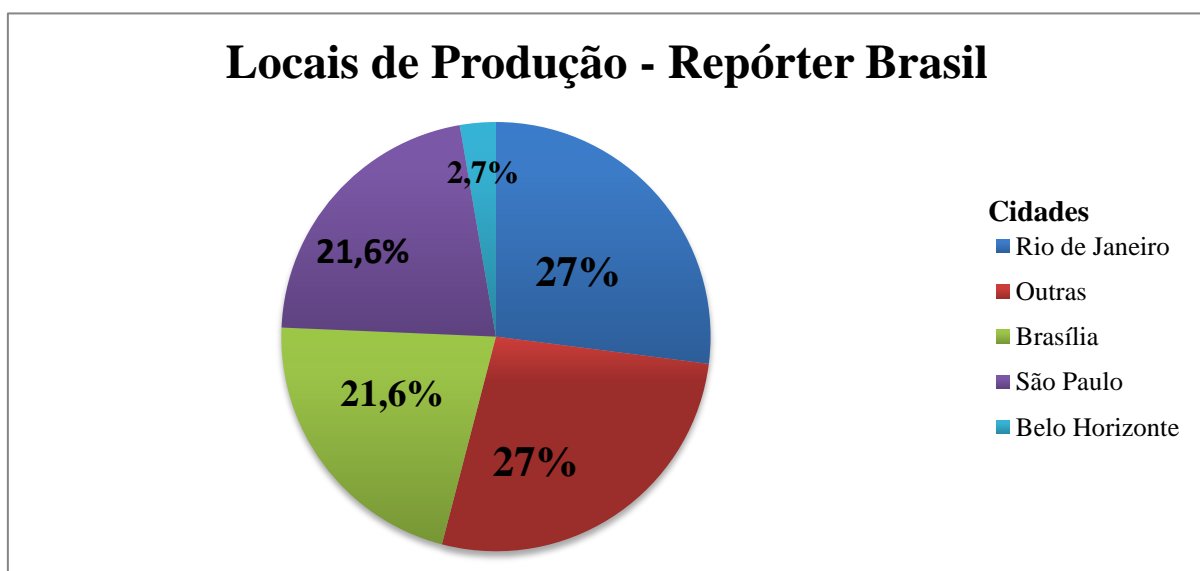


Gráfico 5: Locais de Produção – Repórter Brasil

Levando-se em conta o estado, o Rio de Janeiro também ficou em primeiro lugar, com os mesmos 27%. São Paulo ocupou o segundo lugar, com 25,6%, e Goiás o terceiro, com 24,3%. O Pará teve 5,4% de participação, e Minas Gerais e Rio Grande do Sul 4% cada. Já Espírito Santo, Amazonas, Tocantins, Sergipe, Mato Grosso do Sul, Ceará e Roraima foram foco em apenas uma ocasião, tendo um percentual de 1,3%.

Já no JC, 75% das matérias tinham como foco ou foram produzidas em São Paulo. O Rio de Janeiro teve uma porcentagem de 8,3%; e Brasília foi citada apenas uma vez, ou seja, 2,7%. Outras cidades foram foco em 13,8% das matérias.

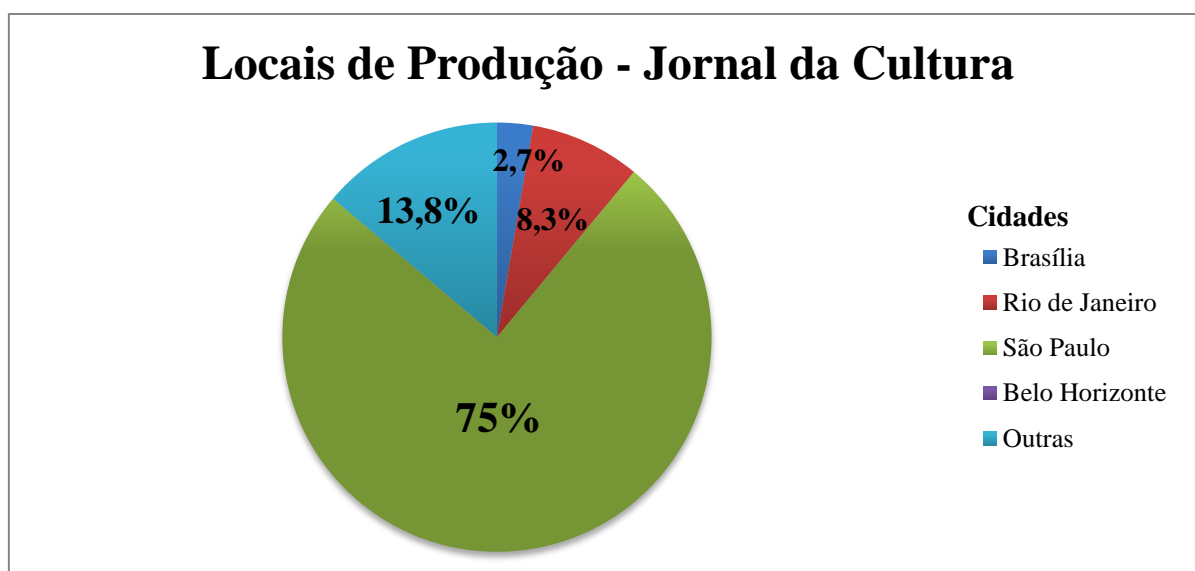


Gráfico 6: Locais de Produção – Jornal da Cultura

O estado de São Paulo também esteve na frente, com grande parte da produção, 77,7%. O Rio de Janeiro teve percentual de 8,3%, enquanto Goiás, Pará, Rio Grande do Sul, Amapá e Mato Grosso apareceram apenas uma vez, com porcentagem de 2,7% cada.

Em síntese, percebemos uma predominância da região sudeste nos noticiários. No caso da TV Brasil, a cidade e estado mais frequente foi o Rio de Janeiro, seguido de São Paulo e Brasília. No Jornal da Cultura, São Paulo recebe o maior foco do telejornal, que pode ser explicado claramente pela origem e vinculação da emissora ao estado respectivo. Apesar de haver uma distribuição maior no caso do noticiário da TV Brasil, ainda assim, há uma concentração das notícias no centro-sul do país, que pode ser explicada pela localização da emissora e por serem essas cidades os centros econômicos e políticos do Brasil.

Apesar da proposta de representar os vários Brasis e de possíveis tentativas, os números mostram que o RB ainda não atingiu esse objetivo, já que as regiões são representadas de forma desigual no telejornal. A situação é mais evidente no JC, no qual há uma concentração elevada de matérias de São Paulo. Apesar das localizações explicarem o fato, elas não justificam, já que os noticiários são nacionais e têm o compromisso público.

Matérias Internacionais

Em relação às matérias internacionais, no RB, a Europa foi o continente com a maior presença, 42,1%. A Ásia foi foco em 18,4% das ocasiões. Já América Latina e América do Norte apareceram 15,7% do telejornal. A África teve porcentagem de 5,2% e a Oceania apenas 2,6%. Já no JC, o continente mais frequente no noticiário foi a Ásia, ocupando 38% do espaço. América Latina teve um percentual de 28,5%. Já a América do Norte foi foco em 14,2% das vezes, a Europa em 19%, enquanto África e Oceania não foram citadas em nenhum momento.

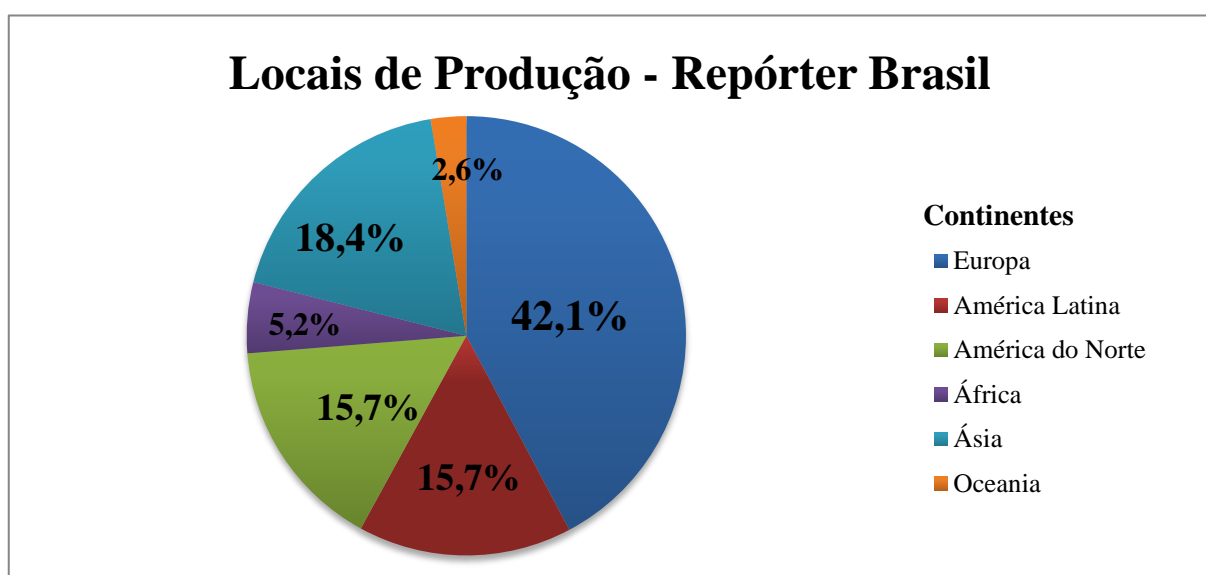


Gráfico 7: Locais de Produção – Repórter Brasil – Internacional

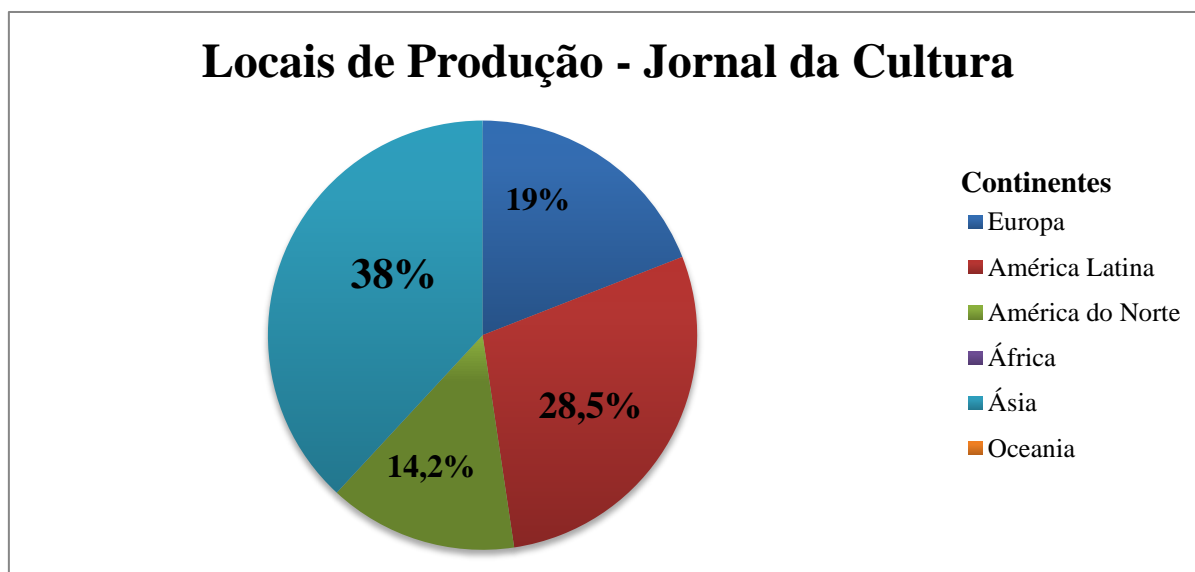


Gráfico 8: Locais de Produção – Jornal da Cultura - Internacional

Considerando os países, os Estados Unidos tiveram maior participação nos dois telejornais, sendo foco em 15,7% das vezes no RB e 14,2% no JC. No RB, o Reino Unido apareceu em 10,5% das situações, enquanto a Síria teve percentual de 7,8%. Em seguida, vieram Chile, Argentina, Venezuela e Itália com 5,2% das presenças. Tunísia, África do Sul, Chipre, Jerusalém, Polinésia, França, Espanha, Afeganistão, Chechênia, Alemanha, Portugal, Polônia, Paquistão, Bélgica, Grécia, Rússia e Ucrânia foram citados apenas uma vez, ou seja, 2,6% das inserções.

Já no JC, a Coreia do Norte, a Bolívia e a Venezuela apareceram em 9,5% das vezes, ocupando o segundo lugar como os países mais citados. Com apenas uma referência (ou seja, 4,7%), estão Chipre, Chile, Itália, Reino Unido, Espanha, Afeganistão, Argentina, Índia, Japão, Coreia do Sul, Irã e Bangladesh.

A predominância dos Estados Unidos em relação aos outros países segue a lógica comprovada por diversos estudos, como o de Wu (2003), sobre a presença dos EUA nas coberturas internacionais de veículos do mundo inteiro. O fato pode ser explicado pela influência das agências de notícias ou pela preferência de enviar correspondentes a este país.

Segundo Rampal (1995 apud FAHMY, 2005, p. 382-383), além dos Estados Unidos, os países desenvolvidos receberiam maior atenção em relação aos outros. A cobertura de países de

elite foi, inclusive, estabelecida como um dos critérios de noticiabilidade, propostos por Galtung e Ruge (1965).

Seguindo essa lógica, o RB apresentou uma porcentagem elevada de matérias sobre a Europa, na semana de análise. Em seguida, os continentes mais privilegiados foram a Ásia e as Américas. Enquanto isso, o JC deu mais espaço à Ásia, em seguida à América Latina e à América do Norte. A presença menos expressiva da Europa no JC acaba surpreendendo. Já a África e a Oceania foram esquecidas dos telejornais, principalmente no JC, que não apresentou nenhuma matéria sobre os continentes.

A diversificação na cobertura internacional também deveria ser uma proposta dos dois telejornais. Pela proximidade geográfica e cultural, a América Latina deveria receber mais atenção, em matérias que pudessem quebrar estereótipos e promover o conhecimento sobre o continente no qual o Brasil está localizado.

Considerações finais

Este artigo faz parte de um projeto de pesquisa maior, portanto, tem apenas a pretensão de apresentar alguns resultados parciais, mais do que conclusões finais. A pesquisa sobre televisão pública no Brasil ainda é incipiente, principalmente, porque a TV Brasil foi criada há menos de 10 anos. Ainda que a TV Cultura seja mais antiga, o sistema de comunicação brasileiro predominantemente comercial acabou atraindo os olhares para este campo em detrimento dos estudos da comunicação pública. Por isso, a proposta do artigo foi refletir sobre alguns pontos específicos, a fim de analisar o cumprimento do papel público por parte das emissoras que são assim autodenominadas.

Além disso, o período de análise quantitativa ainda que permita reflexões e evidencie algumas tendências, não é suficiente para estabelecer conclusões fechadas. É importante ressaltar, inclusive, que diversas mudanças foram realizadas no Jornal da Cultura e no Repórter Brasil, entre a análise realizada e a finalização deste artigo, e que não foram incluídas neste trabalho em particular.

Observando o número de matérias veiculadas em cada telejornal, nota-se um excesso de comentários no Jornal da Cultura que poderiam ser substituídos por reportagens que também investissem em discussões, mesclando os formatos utilizados. Já o Repórter Brasil carece de reflexão em alguns momentos, justamente pela falta de comentaristas que possam debater os

assuntos. Esse tipo de formato foi utilizado em alguns momentos nas edições analisadas, mas apenas para uma matéria do dia, por exemplo. O ideal é que fosse desenvolvido um modelo de equilíbrio, no qual haja tanto a produção de reportagens como as discussões entre especialistas.

Analisando as fontes entrevistadas, pode-se concluir que a presença de órgãos públicos em quantidades elevadas em relação às outras fontes demonstra um oficialismo dos telejornais, já que a fonte oficial é tida muitas vezes como a fonte confiável. Organizações civis tiveram um espaço relativamente razoável no telejornal, mas ainda não se constituem como maioria. Por se tratar de televisões públicas, é importante que as organizações civis tenham voz, já que representam muitas vezes grupos sociais e colocam o popular no espaço de cidadão. Já os governos e políticos não são entrevistados em muitas ocasiões. Enquanto na TV Brasil, o governo federal aparece com mais frequência, na TV Cultura, é o governo estadual. Esse fato pode ser explicado pelo vínculo que cada emissora possui com o respectivo governo. Enquanto a TV Brasil é financiada por repasse de verba federal, a TV Cultura é por repasse de verba estadual. Entretanto, não se pode afirmar que essas emissoras sejam “chapa branca”, ainda que possam ter se posicionado de maneira positiva aos governos aos quais se vinculam.

Em relação à sua abrangência, no âmbito nacional, vê-se que, a exceção do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, as demais cidades do país aparecem no noticiário esporadicamente. Ainda assim, segundo os dados levantados, pode-se afirmar que a TV Brasil é de certa maneira mais descentralizada que a TV Cultura, apesar de ainda haver um esquecimento por parte de ambos os telejornais nacionais sobre o resto do país que vai além do centro-sul.

Já as notícias internacionais tiveram como o país mais presente, os Estados Unidos. Países da América Latina apareceram no telejornal e o continente ocupou o segundo lugar como o mais citado no Jornal da Cultura e o terceiro no Repórter Brasil. Ainda assim, os países latinos não são os que possuíram maior destaque na semana analisada, o que pode ser questionado pela proximidade cultural e geográfica deles com o Brasil. É necessário, porém, ressaltar que a análise de períodos diferentes poderia evidenciar outro panorama de cobertura internacional, com uma presença mais forte da América Latina, por exemplo. Ainda assim, pode-se perceber uma dependência em relação às agências de notícias na produção de conteúdos internacionais dos dois noticiários, o que faz com que a cobertura se torne limitada aos países privilegiados por elas.

Refletindo sobre esses dados quantitativos e retomando alguns conceitos teóricos acerca do papel do telejornalismo e, principalmente, de uma TV pública, podemos perceber que ainda faltam no Repórter Brasil e no Jornal da Cultura elementos que de fato os diferenciem dos telejornais das emissoras privadas.

Entendemos que fazer telejornalismo público no Brasil ainda seja um grande desafio, devido às diversas questões apresentadas ao longo deste trabalho. Ainda assim, alguns pontos devem ser sempre priorizados, como o interesse público e a inclusão, de forma que o Brasil possa ser representado de maneira mais abrangente possível. Todos os cidadãos precisam e têm direito a informação de qualidade, sem distinção social ou geográfica.

Referências Bibliográficas

ABTU – Associação Brasileira de Televisão Universitária. **Portaria Legislação**. Disponível em: http://www.abtu.org.br/legislacao_portaria_ministerial.asp. Acesso em: 18 de março de 2013.

BOLAÑO, César R. S. **Qual a lógica das políticas de comunicação no Brasil?** São Paulo: Paulus, 2007. 124 p.

_____; César R. S.; MOTA, Joane Santos. O caráter educativo da TV no Brasil: questões históricas, políticas e econômicas. In: XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2008. **Anais**. Natal, RN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte/Intercom, 2008, p. 1-12.

BRASIL. Constituição **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988 Disponível em: http://www6.senado.gov.br/con1988/CON1988_19.12.2006/CON1988.pdf. Acesso em: 28 de março de 2012.

BUCCI, Eugênio. **É possível fazer televisão pública no Brasil?**, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002010000300001&script=sci_arttext. Acesso em: 29 de julho de 2011.

COUTINHO, Iluska. (Coord.). **Avaliação do Telejornalismo da TV Brasil: Relatório Final**. Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

FAHMY, Shariha. Emerging Alternatives or Traditional News Gates: Which News Sources were used to Picture 9/11 Attack and the Afghan War? **Gazette: The International Journal for Communication Studies**, out. 2005.

FORT, Mônica Cristine. **Televisão Educativa: a responsabilidade pública e as preferências do espectador**. São Paulo: Annablume, 2005. 150 p.

FPA. Disponível em: < <http://www2.tvcultura.com.br/fpa>>. Acesso em: 20 de maio de 2013.

GALTUNG, Johan; RUGE, Mari Holmboe. The Structure of Foreign News: The Presentation of the Congo, Cuba and Cyprus Crises in Four Norwegian Newspaper. **Journal of Peace Research**, Oslo, mar. 1965, 64-90.

GORDON, George N. **Televisão Educativa**. Rio de Janeiro: Bloch, 1967. 118 p.

JESUS, Jemima Bispo e BARA, Gilze. As Considerações do Jornalista Vladimir Herzog para a TV Cultura em 1975. In: XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, 2012. **Anais**. Ouro Preto, MG: Universidade Federal de Ouro Preto, 2012, p. 1-12.

LEAL FILHO, Laurindo. **A melhor TV do mundo: o modelo britânico de televisão**. São Paulo: Summus, 1997. 107 p.

_____. TV Pública. In: BUCCI, Eugênio (Org.). **A TV aos 50: criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000, p. 153- 165.

LOPES, Ivonete da Silva. TV Educativa: novas regras, expansão do sistema e continuidade de velhas práticas políticas. In: XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2008. **Anais**. Natal, RN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte/Intercom, 2008, p. 1-16.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES DO BRASIL. **DECRETO-LEI Nº 236, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967**. Complementa e modifica a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962. Disponível em: www.mc.gov.br. Acesso em: 25/03/2013.

PINTO, Manuel (coord.). **Televisão e Cidadania. Contributos para o debate sobre o serviço público**. Porto: Campo das Letras, 2005. 191 p.

REPÓRTER BRASIL. Disponível em: <http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil/flat/sobre/>. Acesso em: 06 de maio de 2012.

SODRÉ, Bruno. **PBS – Um modelo de TV Pública**. Brasília: Casa das Musas, 2007. 115 p.

TV BRASIL. Disponível em: <http://www.tvbrasil.org.br/sobreatv/> . Acesso em: 06 de maio de 2012.

WU, Denis. Homogeneity around the World? Comparing the Systemic Determinants of International News Flow between Developed and Developing Countries. **Gazette: International Journal for Communication Studies**, Baton Rouge, fev. 2003, p.9-24.